

ATA DA 079ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2014
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente. Faço um cumprimento muito especial e carinhoso aos demais parlamentares presentes nesta sessão ordinária, aos funcionários desta Casa e ao público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Há muito tempo queria falar sobre esse tema que irei desenvolver hoje, até porque foi numa oportunidade em que estivemos reunidos no município de Presidente Nereu para debater principalmente, com a agricultura familiar,

problemas que os nossos agricultores e agricultoras têm vivenciado em nosso estado, sendo que este Parlamento já fez o seu dever de casa aprovando uma legislação e, por isso, esses agricultores estão cobrando do governo do estado de Santa Catarina a sua implantação imediata.

(Passa a ler.)

"Realizamos, srs. parlamentares, uma reunião no município de Presidente Nereu a pedido da Associação Acolhida na Colônia - Vale das Tradições -, sendo que a TVAL fez uma bela reportagem desse programa maravilhoso desenvolvido no estado de Santa Catarina na região do vale do Itajaí e também em Santa Rosa de Lima, que tem dado certo, propiciando às pessoas conhecerem as tradições e lugares maravilhosos do nosso estado, principalmente no que se refere aos nossos agricultores e agricultoras.

A Associação Acolhida na Colônia é coordenada pelo casal Luiz e Luzia, e nós naquele momento discutimos as ações necessárias para a implementação da Lei do Turismo Rural no Estado de Santa Catarina.

A Associação Acolhida na colônia tem por objetivo a valorização do modo de vida no campo, através do agroturismo ecológico como parte integrante das atividades da propriedade rural e como ferramenta no desenvolvimento local, deputado Dirceu Dresch, assunto que v.exa. domina.

É composta por famílias que dedicam suas vidas à preservação da natureza e à produção de produtos orgânicos e agroecológicos, produtos saudáveis, pelos quais existe uma procura muito grande pela população, inclusive mundial, porque não possuem agrotóxicos nem veneno, e que poderiam estar à disposição de toda a sociedade. Esse grupo de agricultores e agricultoras desenvolve ações dessa natureza.

São trabalhadoras e trabalhadores exemplares que merecem atenção do estado, porque disponibilizam suas casas e suas propriedades como espaços de hospedagem e oferecem um atendimento extraordinário às pessoas que os procuram.

Essas famílias enfrentam dificuldades e precisam de uma resposta do estado de Santa Catarina para os problemas que vêm enfrentando diurtunamente.

A Assembleia Legislativa aprovou a Lei n. 14.361/2008, também conhecida como Lei Traf/SC, em que foi instituída a política de apoio ao turismo rural na Agricultura Familiar de Santa Catarina.

Essa lei, srs. parlamentares, e muitos de v.exas. estavam nesta Casa quando ela foi aprovada, enquadra o turismo rural como atividade complementar à produção agropecuária, define suas atividades, os serviços Traf e propõe diretrizes e estratégicas de apoio governamental a este segmento turístico.

No entanto, sua principal contribuição é estender aos agricultores que se dedicam ao turismo rural o regime fiscal e tributário vigentes aos pequenos agricultores dedicados à produção agropecuária.

Em outras palavras, srs. parlamentares, com a regulamentação da Lei Traf/SC, por exemplo, os produtores familiares rurais que desenvolvem atividades e serviços turísticos não perderão o direito à seguridade especial, poderão utilizar a nota do produtor rural para discriminar produtos e serviços turísticos, não precisarão constituir (micro) empresas com contabilidade própria para exercerem a atividade turística, dentre outros benefícios".

E nós, se não me falha a memória, aprovamos neste plenário, por unanimidade, essa lei.

(Continua lendo)

"Infelizmente, passados seis anos, o estado de Santa Catarina não regulamentou a Lei do Traf.

Fomos à secretaria de estado da Agricultura - e eu não posso aqui deixar de agradecer, de uma forma muito especial, ao diretor da secretaria da Agricultura, sr. Hilário, por ter atendido todos esses segmentos envolvidos - e propomos a formação de um grupo de trabalho que viabilize a regulamentação da presente lei".

Inclusive, o sr. Hilário esteve presente em todas as reuniões, sendo que na última reunião que

aconteceu em Presidente Nereu ele também esteve presente para esclarecer aos nossos agricultores e agricultoras como estavam planejando fazer a regulamentação da presente lei.

(Continua lendo)

“Algumas propostas que estão sendo debatidas:

Questão Tributária e Fiscal

Estudo junto à secretaria da Fazenda em fixar a cobrança de imposto entre 2% a 5% do ICMS aos produtos da agricultura familiar, e a tendência dessa negociação é ficar em 3%.

Está em estudo a questão da nota no sentido de simplificar as emissões de notas pela agricultura familiar, que é outro tema.

Questão sanitária

O objetivo é tratar de forma diferenciada e simplificada a agricultura familiar. Não se pode continuar exigindo dos nossos pequenos agricultores que cumpram as mesmas exigências sanitárias dos grandes produtores e das grandes empresas.”

Nós temos que pelos menos flexibilizar para que eles possam permanecer com as famílias produzindo o alimento que todos nós consumimos.

(Continua lendo)

“Proposta: criar um manual de boas práticas

Neste manual estariam descritos os cuidadores e os procedimentos para a produção dos produtos da agricultura familiar (queijo, pão, laticínios, salames, doces etc.)”.

Temos certeza de que todos os senhores e senhoras são consumidores desse produto, porque queremos um produto mais natural nas nossas mesas, a exemplo do pão caseiro, dos laticínios, dos salames e dessas geléias que, principalmente, as mulheres produzem.

Então, nunca ficamos doentes por isso. É de boa procedência, claro que exigimos os cuidados e a higiene necessários, pois é um produto que merece todo o acompanhamento, mas as exigências feitas pela vigilância sanitária são, em alguns momentos, absurdas, querendo inclusive reduzir a fabricação desses produtos.

(Continua lendo)

“Nós vamos acompanhar os desdobramentos das proposições desse grupo de trabalho e cobrar do governo estadual a resolução desses problemas que visam à valorização dos nossos agricultores familiares”.

Por isso que lutamos e espero a compreensão também e a agilização desse procedimento o mais rapidamente possível por parte da secretaria de estado da Saúde, que há muito tempo já devia ter regulamentado essa lei que nós aprovamos por unanimidade nesta Casa.

Era este, sr. presidente, o meu pronunciamento no dia de hoje.

Eu teria outro assunto para falar, que é sobre um projeto de lei que está tramitando na CCJ até este presente momento e trata da questão do banimento do amianto no estado de Santa Catarina. No dia de hoje, depois do nosso relatório embasado pelas proposições do Ministério Público Estadual do Trabalho e do Ministério Público Federal, que fez uma excelente defesa do projeto, nós concordamos e aprovamos, então, que no próximo dia 2 de setembro possamos analisar e aprovar esse projeto de lei que vai garantir aos trabalhadores, às trabalhadoras e ao povo catarinense mais saúde, evitando dessa forma as medidas que têm complicado a vida e a saúde do nosso povo.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital, quero cumprimentar o sargento Müller, que sempre está aqui nos acompanhando. Tivemos a informação de que o sargento Müller, que é de Iporã do Oeste, município vizinho de São João do Oeste, perdeu a sua esposa. Portanto, queremos transmitir os nossos sentimentos a ele, que está sempre acompanhando as nossas sessões e cumprindo a sua função de segurança desta Casa.

Gostaria de cumprimentar também o prefeito de São João do Oeste, Sérgio Luis Theisen, que é presidente da Ameosc. Quero dizer *gute leute* prefeito, gente boa de São João Oeste, e também os alemães de Iporã do Oeste e de toda região. Inclusive, na semana passada foi realizada a *Deutsche Woche*, a Semana Alemã, no município de São João do Oeste. E no ano passado fui jurado do Festival Alemão, que acontece durante a Semana Alemã, a *Deutsche Woche*, em São João do Oeste, que é a capital alemã do estado de Santa Catarina.

Então, o prefeito Sérgio Luis Theisen está conduzindo a associação de municípios e fazendo um grande trabalho.

Inclusive, amanhã acompanharemos uma delegação do extremo oeste, formada por prefeitos e lideranças da região, que vai a Brasília lutar para que a Universidade Federal da Fronteira Sul instale um *campus* também em São Miguel d'Oeste. Desde a fundação da universidade o compromisso foi que houvesse um *campus* em Chapecó, Concórdia e também em São Miguel d'Oeste.

Então, amanhã à tarde teremos uma audiência no ministério da Educação.

O extremo oeste sempre foi uma região, durante os governos passados, muito esquecida antes de o presidente Lula assumir o governo. Hoje temos o Instituto Federal, grandes investimentos e o término da obra da BR-282 até a Argentina. Tivemos um novo Porto Seco em Dionísio Cerqueira com uma bela estrutura, mas agora temos lá ainda o desafio de agilizar a passagem. Estive em Dionísio Cerqueira na semana passada e lá há um problema de demora da entrada de caminhões. Eles demoram muito para entrar e sair do estado.

Então, os diretores da Receita Federal de Curitiba estiveram presentes numa audiência para discutir esse tema. Mas temos bons investimentos.

Agora, além da universidade federal, da escola técnica e da Unila, a universidade do Mercosul, instalada em Dionísio Cerqueira, temos alguns gargalos, e uns deles ocorreu a partir da enchente, que é o problema da ponte de Iraí, uma vez que os caminhões grandes não podem mais passar

pela ponte e agora estão passando pelas balsas em Itapiranga.

Inclusive, estivemos visitando as balsas na cidade de Itapiranga e podemos dizer que temos aí uma situação também crítica, pois a demora é muito grande, já que as duas balsas que temos não estão dando conta, apesar de estarem trabalhando dia e noite.

Por outro lado, também há uma preocupação dos prefeitos da região de Itapiranga, de Descanso, de Iporã do Oeste, pois todo o trafego pesado, os bitrens, os caminhões, estão passando pela rodovia estadual, por dentro das cidades, causando um grande prejuízo às estradas.

Amanhã, estaremos viajando à Brasília e vamos aproveitar, além de falar sobre a Universidade Federal, vamos discutir essa questão com o ministério dos Transportes, com o DNIT, e tentar resolver essa problemática colocando mais uma balsa grande para passar os caminhões na divisa dos dois estados. Caso contrário, os caminhões que vem lá de São Miguel do Oeste, de Chapecó, terão que dar uma volta muito grande.

Então, já fizemos contato com o DNIT, inclusive do Rio Grande do Sul, e temos a perspectiva de 30 dias para instalar essa nova balsa, lá em Iraí. Mas isso, na nossa avaliação, é muito demorado, causa muitos transtornos, os caminhões têm que parar de sete a dez horas em Itapiranga para esperar a passagem pela balsa. Isso vem causando um grande prejuízo, além do transtorno na querida e bonita cidade de Itapiranga, pois do outro lado do rio, os caminhões, as carretas precisam parar em frente aos comércios, na frente dos postos de combustíveis para esperar passagem na divisa com o estado do Rio Grande do Sul.

Então, queremos levar essas questões para a pauta da reunião, além de lutas estaduais que temos, como o asfalto da fronteira, o asfalto da Beira-Rio, de Itapiranga a Mondáí, que é uma reivindicação muito antiga da comunidade. Então, temos pautas nacionais, a ponte da divisa do Rio Grande do Sul, que é também uma reivindicação

muito grande daquela região. Também temos a federalização do trajeto São Miguel d'Oeste a Itapiranga, na BR-163. Temos os contornos viários das cidades, especialmente, de Descanso e Iporã do Oeste, porque em São Miguel d'Oeste já está sendo construído o contorno viário.

Então, levantar essas questões é importante, prefeito Sérgio, v.exa. que conduz muito bem a associação dos municípios, porque se trata de uma pauta extraordinária para o desenvolvimento da região do extremo oeste catarinense, que há muito tempo foi abandonado, mas a partir do governo Lula e da presidente Dilma tem recebido grandes investimentos.

Mas, quero aqui trazer outro tema que nos intriga, e que, na semana passada, chegou mais uma vez ao seu extremo. Não entendo como uma grande empresa como o Banco Santander envia uma carta aos seus clientes, mostrando essa situação que setores da grande mídia nacional, os grandes empresários brasileiros adoram fazer com o Brasil. Adoram espalhar o pânico, o medo frente às questões econômicas do nosso país. Já fizeram isso muito bem antes da campanha de 2002, especialmente, desde 1989, quando armaram questões, levantaram polêmicas irreais sobre a situação do nosso Brasil. É verdade que no mundo, há muito tempo, muitos países estão em crise. O Brasil, pelo protagonismo do governo, continua investindo em grandes obras, em políticas sociais, em habitação popular, como no programa Minha Casa, Minha Vida, através do qual serão entregues três milhões de casas populares. Isso gera emprego, gera desenvolvimento, gera demanda industrial no nosso país.

Então, o Brasil experimenta uma nova perspectiva de governo, em que o estado se transforma num grande protagonista da economia brasileira auxiliando setores em crise, como o setor automobilístico e outros setores, especialmente o estado sendo o grande agente de financiamento, através dos bancos públicos, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o BNDES.

Mas o estado também contribui com o desenvolvimento investindo em grandes obras, como citei aqui, em áreas sociais, como o programa Minha Casa, Minha Vida, como o Bolsa Família.

Então, mais uma vez, setores da grande mídia nacional, representando esta elite, dizem que o Brasil está correndo grandes riscos novamente com a volta da inflação e do desemprego.

Nós tivemos, nos últimos quatro meses, a inflação mais baixa, com redução, inclusive. Nós estamos com uma redução cada vez maior de desemprego no nosso país. Qual é o problema? É de fato a ameaça, mais uma vez, a mesma que já se fez em 2002, que se fez antes da Copa, de que o Brasil não ia fazer uma boa Copa do Mundo, mas fizemos uma Copa de qualidade em todos os nossos estádios. Uma maravilha! Uma grande Copa!

Então, são os mesmos que sempre apostam no fracasso, os mesmos que sempre apostam no caos, os mesmos que assustam e que criam pânico no nosso povo brasileiro. Então é isso, e queremos, de fato, precisamos ter um Brasil real, um Brasil que vem desenvolvendo a vida do povo, aumentando o salário, gerando emprego, reduzindo a inflação e segurando os juros nesses anos todos, nos patamares dentro da perspectiva.

Temos um Brasil real, um país que vai continuar investindo e melhorando a vida do seu povo. Nós temos, por exemplo, demonstrado esta perspectiva das empresas, pois, na questão do projeto técnico da nossa ferrovia leste oeste, tivemos 11 consórcios que participaram desta licitação.

E, assim, temos praticamente 4.600km de ferrovias licitadas no Brasil, que vão, com certeza, gerar muito emprego, muita renda e desenvolvimento no nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) -
Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada e estimados catarinenses que acompanham esta sessão.

Quero abordar temas relacionados a nossa infraestrutura catarinense, especialmente a rodovias, contornos viários e obras que julgo importante serem mencionadas aqui. Algumas, para ressaltar o seu início, outras, para cobrar agilidade, e outras, ainda, para trazer a situação alarmante em que se encontram.

Em primeiro lugar, queria fazer uma manifestação sobre o contorno viário na cidade de Seara, Santa Catarina, um local onde dezenas de acidentes já aconteceram. Para quem conhece aquele município, sabe que, de Chapecó a Seara, na descida, na rota de chegada da cidade, na SC-283, já aconteceram centenas de acidentes e por anos e anos a situação ali ficou sem solução.

Agora, felizmente, o contorno viário vai diminuir os acidentes em direção à rua Treze de Abril. Essa obra tem mobilizado as famílias, que cederam, inclusive, terras para que seja feito esse contorno que, finalmente, está em andamento.

E nós, além de ressaltar a importância daquela obra, queremos manifestar o desejo da comunidade regional e de todos aqueles que trafegam pela SC-283, de que haja o máximo de agilidade possível para que ela seja construída com o máximo de rapidez e amenize os problemas que têm acontecido por lá.

Em relação à mesma rodovia, queria noticiar e repercutir que o Ministério Público de Seara instaurou um procedimento para averiguar as condições de trafegabilidade da SC-283, na estrada do município de Seara, sentido Chapecó, incluindo o cruzamento e a chegada deste contorno que falei agora.

Essa é uma rodovia que está precisando de reparos, de revitalização, com urgência. A questão da construção do contorno vai resolver parte do problema, já que a rodovia encontra-se em péssimas

condições de trafegabilidade. A situação daquela SC, que já não era favorável, ficou pior ainda após as chuvas de junho. Houve inúmeras quedas de barreiras que trouxeram prejuízos à região. Alguns trechos ainda apresentam defeitos, mas esperamos que o governo do estado possa dar agilidade na sua recuperação.

Outra situação que trago é em relação à SC-355, no trecho que liga a cidade de Jaborá à comunidade de Vila Cachimbo, na BR-153, no município de Concórdia. Os usuários daquela rodovia pensam até em promover lá alguma manifestação. Por enquanto, essas manifestações estão nas redes sociais divulgando a indignação da comunidade a respeito daquela rodovia. Para que os senhores tenham uma ideia, no dia 22 de dezembro de 2012 o governo do estado liberou a ordem de serviço para a recuperação da rodovia, que apenas foi iniciada no dia 1º de abril de 2013, mais de quatro meses depois de ter sido dada a ordem de serviço.

Trabalhou-se por um período, mas ficou mais perigoso do que estava antes. No início de novembro de 2013, a obra foi paralisada, pasmem os senhores, e até o presente momento sem solução. Há declarações de que a empresa, que ficou em sexto lugar, vai tocar a obra, mas não há uma ação efetiva para fazer o contrato e iniciar a obra, e já aconteceram dezenas, centenas, ou seja, inúmeros acidentes. Não se trata apenas de uma rodovia em má condição, mas de uma rodovia que, além de tudo, teve suas obras iniciadas, depois, paralisadas novamente, tornando o trecho ainda mais perigoso.

Ao passar por lá as pessoas desviam, mas nem sempre há como desviar, principalmente quem mora na região, deputado Daniel Tozzo, v.exa. que conhece a região, estive lá na semana passada conversando com as pessoas, e vi o estado lastimável que se encontra a SC-355, com obras paralisadas, repito, desde novembro do ano passado. Nos meses de março e abril dava vontade de chorar quando passávamos por lá, porque víamos pessoas com carrinho de mão, no interior chamamos

de carriola, com dois quilos de massa de cimento, supostamente, fazendo canaletas para dizer que a obra não foi paralisada.

É lamentável o descaso absoluto com relação àquela rodovia. Esperamos que haja uma solução o mais rápido possível, já fizemos esse apelo aqui anteriormente. Se a empresa não está tocando, temos que romper o contrato. Existem meios jurídicos para fazer isso. Quando a empresa parou a obra, em novembro, já era para ter sido feita uma nova licitação, pois já teríamos uma nova empresa e não estariam lá os perigos ocasionados pela paralisação da obra.

Queria, por fim, mencionar duas rodovias federais. A primeira delas refere-se à BR-153, pois foi liberado ontem no km2 e no km5, o trecho do Rio Grande do Sul, que faz divisa com Santa Catarina, que ficou por 30 dias paralisado e onde houve grandes desmoronamentos. No início das sessões de junho, pedimos agilidade, sugerimos inclusive a presença do Exército para ajudar.

No primeiro dia foi desanimador porque tinha uma máquina trabalhando que parecia quase um descaso, mas, felizmente, as vozes que se levantaram foram ouvidas, fizeram lá quase uma operação de guerra com dezenas de máquinas trabalhando numa operação realmente de grandes forças para fazer um novo trecho de estrada de 900m.

Portanto, um pedaço grande, detonando rochas, fazendo o desvio. Mas finalmente a BR-153, ontem, exatamente às 14h30 foi liberada para tráfego no trecho do km2 ao km5, no Rio Grande do Sul, que faz divisa com Santa Catarina, trazendo alívio, não apenas para os transportadores, mas também para os moradores da região, para os comerciantes que também precisavam, não apenas do restabelecimento da rodovia, mas, principalmente, de trafegabilidade para o seu comércio. Para se ter uma ideia, um posto de gasolina que vendia 100 mil litros de óleo por dia chegou a baixar essa quantidade para quatro mil. Então, quero dizer que houve uma grande operação para recuperar esse trecho que, agora, está sendo retomado.

A segunda questão que gostaria de abordar, diz respeito a BR-282, que está precisando de melhorias. Mas sobre isso vou abordar na sessão de amanhã, porque preciso retomar esse tema sobre as nossas rodovias catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Findo o horário reservado às Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado ao PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses e sras. deputadas, retorno à tribuna neste momento, agora, em nome do meu partido, para falar sobre um assunto que julgo importante para Santa Catarina: a exportação de suínos e aves do nosso estado. Quero também falar sobre matérias que repercutiram nos jornais de Santa Catarina sobre o fato de o nosso estado exportar suínos para a Argentina.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina está prestes a vender suínos vivos para a Argentina. O nosso estado já é líder nacional na venda de carne de porco com 86 mil toneladas exportadas, apenas no primeiro semestre de 2014, que equivalem a US\$ 280 milhões, mas não temos a tradição de vender suínos vivos. - Não há registro disso, pelo menos nos últimos dez anos - disse o fiscal agropecuário do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Márcio Pinto Ferreira.

Quatro médicos veterinários do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária da Argentina (Senasa) estão no Brasil desde segunda-feira, para fazer uma auditoria no sistema de controle sanitário do ministério da Agricultura (Mapa) e na

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc. Na segunda-feira eles estiveram, em Brasília, no ministério e, na terça-feira, eles visitaram a superintendência do Mapa, em Santa Catarina. Na quarta-feira visitaram escritórios da Cidasc [...]"

Enfim, queremos destacar mais esse caminho que está se abrindo para Santa Catarina: a exportação de suínos para a Argentina. Temos no estado uma região produtora de carne, mas a atividade dos suinocultores é de altos e baixos ao longo da história. Vejam que as famílias de suinocultores estão bastante reduzidas. Há, inclusive, os chamados megaprojetos em relação a isso. Mas não tenho dúvidas de que a produção de carne suína representa muito para a economia catarinense e que aqueles abnegados suinocultores têm agora uma perspectiva maior com essa exportação.

Quero destacar, inclusive, uma declaração do presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, sr. Losivanio de Lorenze, que diz que a procura por suínos vivos em Santa Catarina comprova a qualidade da carne, do material genético catarinense. O Brasil é importador de material genético, mas a venda para a Argentina pode divulgar o estado como referência na suinocultura. Ele acredita que, graças ao trabalho de melhoramento genético, o estado pode também se tornar o exportador de reprodutores.

Quero fazer uma homenagem a uma empresa muito importante para o país no melhoramento genético, na produção de alimentos, a Embrapa, que tem se fortalecido desde o governo do ex-presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff. Saiu, inclusive, um programa chamado PAC Embrapa. Fala-se do PAC para obras, mas o PAC Embrapa fortaleceu a Embrapa.

Acho até que podemos fazer um comparativo de opostos sobre a visão de uma empresa estratégica pública federal e das empresas agrícolas neste estado. Se observarmos o que aconteceu com a Epagri e com a Cidasc nos últimos anos, veremos que foi exatamente o contrário do que aconteceu com a Embrapa. Enquanto ocorreu um fortalecimento

da Embrapa, com o PAC Embrapa trazendo recursos, na Epagri e na Cidasc, houve um verdadeiro esvaziamento. Em alguns municípios, a Epagri funciona porque os municípios colocam combustível para rodar com os carros da empresa. Se não fosse pelas parcerias com as prefeituras, a grande maioria dos escritórios da Epagri já estaria fechada.

Nesse período aproveitamos para falar com diversas pessoas que atuam nesta área, que nos mostraram a penúria em que essas empresas se encontram, bem como com os prefeitos, que têm feito parcerias para manter empresas públicas importantes para a Cidasc e a Epagri.

Portanto, gostaríamos que o estado de Santa Catarina passasse a ver com outros olhos essas empresas da área agrícola, para que possamos continuar nesses níveis importantes de produção agrícola. Falei aqui sobre o melhoramento genético, para o qual a Embrapa contribuiu de forma decisiva. As empresas catarinenses são competentes, mas precisam de uma melhor estruturação, de uma visão mais fortalecida para que possam continuar prestando serviços aos catarinenses.

Assim, gostaria de dizer que temos a expectativa de que o suinocultor, com a porta que se abriu da exportação para a Argentina, possa continuar produzindo os alimentos que tanto necessitamos para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Vou falar sobre segurança pública, ou melhor, sobre a insegurança pública que afeta o conjunto

da população catarinense. Vou começar por lamentar o óbito, por assassinato, do policial militar, Jailson Carniel, da cidade de Campos Novos, neste final de semana. Um jovem policial de 36 anos, há 11 anos na corporação da Polícia Militar, que deixa duas filhas.

Marginais de reputação conhecida, já presos no passado pelo soldado Carniel e seus companheiros, executaram-no quando passava por um determinado local, a tiros, sem a menor chance de defesa. Nossa homenagem a esse grande companheiro. Mais um que tomba, deixa a vida, a família, os companheiros, as filhas, na tarefa de tentar garantir a segurança pública para a população catarinense.

Da mesma forma, esse tipo de ocorrência tem-se tornado comum em outros lugares do estado. Há cerca de duas semanas, aqui mesmo em Florianópolis, na comunidade Chico Mendes, dois jovens policiais militares abordaram um veículo e no momento em que estavam revistando os ocupantes do veículo, uma moto, com dois indivíduos, passou pelo local e disparou contra os dois jovens policiais que, felizmente, não morreram, mas saíram gravemente feridos, com vários tiros, inclusive, na região abdominal e torácica. Em seguida, verificou-se o porquê. O carro abordado carregava drogas e armas. Registre-se que a munição usada contra os dois policiais era calibre 45, que somente as Forças Armadas podem usar. E essa fragilidade na segurança pública que atinge, por vezes, de forma fatal, trabalhadores honestos que dão a vida para defender a sociedade, infelizmente, é uma situação que aflige o conjunto da população.

Nas últimas semanas, nos últimos meses, há uma política de se tentar mostrar que tem efetivo policial militar nas ruas. O chamado Pacto por Santa Catarina quer mostrar, na realidade, aquilo que mostra nas telinhas de televisão, a ponto de o comandante da Polícia Militar suspender por decreto férias, licenças e qualquer coisa, em tese, até o final de ano.

Mas evidentemente que isso é apenas para garantir que neste período de eleição, neste período eleitoral, a sociedade perceba alguma coisa parecida com a propaganda que se vê na televisão. É evidente que é bom ter mais policiais nas ruas e todos nós, inclusive eu, sinto-me mais seguro vendo mais policiais nas ruas, mas é preciso que a sociedade saiba também que, do muito que se mostra hoje, é aquilo que vai faltar no ano que vem. As licenças canceladas agora vão ficar acumuladas nos próximos anos. É preciso que a população saiba que não está tudo resolvido de uma hora para outra. Vamos demorar a resolver o problema da falta de segurança em Santa Catarina. Foram décadas perdidas, de enfraquecimento das instituições públicas em geral e, da segurança, em particular. E aí se pode demorar, com certeza, muitos anos para reverter esse processo, isso se efetivamente se quiser reverter, de fato, e não apenas na propaganda.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, demais amigos que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e quem nos acompanha aqui em nossas galerias.

Quero registrar a audiência realizada na última quarta-feira com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sr. Neri Geller, acompanhado de vários presidentes de cooperativas e do secretário de estado da Agricultura e da Pesca, em que tratamos da política de garantia de preços mínimos do governo federal com foco na lavoura do arroz, uma vez que nos últimos dez anos o preço tem-se mantido sem reajuste e há uma preocupação muito grande da cadeia produtiva do arroz com relação a essa política de preço mínimo

em função de, numa eventual crise, com a intervenção do governo federal no mercado, o produtor ter um prejuízo muito grande.

Assim, nessa audiência, levamos uma pauta sobre custo de produção e o preço que hoje está garantido a R\$ 25,00 e que, na verdade, não cobre nem o custo da lavoura. E o ministro assumiu um compromisso de até o final de ano fazer um reajuste para R\$ 27,25 a saca de 50 kg, bem como foi montado um grupo de trabalho entre a câmara setorial da cadeia produtiva de arroz de Santa Catarina, o Irga do Rio Grande do Sul, a Conab, o ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a secretaria de estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina para fazer um estudo e chegar ao custo real da produção do arroz.

Fala-se muito em grandes empresas vindo para Santa Catarina, grandes projetos, mas somente as oito mil famílias que vivem do arroz em Santa Catarina, por ano, giram, na cadeia produtiva e no mercado de beneficiamento, entre produção, máquinas agrícolas e insumos, alguns bilhões de reais, que têm feito a diferença na economia, principalmente a do litoral catarinense e a do médio e alto vale do Itajaí.

Por isso, é uma conquista importante que quero registrar aqui em nome da cadeia produtiva do arroz de Santa Catarina, um passo a mais, o reconhecimento por parte do ministro quanto à defasagem do preço mínimo do arroz para Santa Catarina. Pois, hoje, o preço de mercado está acima desse, mas quando existe uma crise ou plano de seguro agrícola, ele é baseado no preço mínimo do governo federal para as indenizações aos produtores ou quando precisa de um investimento maior com relação aos custos de produção.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz já registra, apesar de existir há dois anos, alguns ganhos, entre eles, a renegociação da dívida dos agricultores de Santa Catarina, que foi um ganho nas negociações feitas pela referida câmara junto aos agentes financeiros e ao ministério da Agricultura e da Pesca, porque toda

a legislação ambiental, o novo código, levou em consideração as áreas consolidadas de arroz e a preocupação que o produtor tem com relação ao meio ambiente, bem como o preço mínimo também dos produtores de semente sobre os investimentos do governo do estado em pesquisa e extensão rural nessa área.

É bom lembrar a importância dessas duas empresas, a Epagri e a Cidasc, que foram citados há pouco pelo deputado Neodi Saretta, e também das empresas da agricultura. É preciso que o governo se atente, pois hoje somos líderes em agronegócios em diversas atividades, mas, ao mesmo tempo, precisamos de novos investimentos no setor da pesquisa, contratação de novos técnicos, novos pesquisadores na área da extensão rural e na de sanidade animal, sendo que a Cidasc hoje está terceirizando muitos dos seus serviços por falta de funcionários.

E a secretaria de Estado da Agricultura, deputado Neodi Saretta, possui hoje apenas 18 funcionários efetivos, pois 65 funcionários são emprestados da Epagri e da Cidasc e 27 são comissionados, sendo que destes, muitos não têm formação profissional com foco na área da agropecuária catarinense e da pesca. Por isso, é uma área carente que precisa da atenção do governo.

E quero aproveitar este momento, para chamar a atenção do secretário da Agricultura e do secretário Cavallazzi porque, mesmo já estando em agosto, os funcionários da Epagri e da Cidasc ainda não tiveram seu acordo coletivo de trabalho assinado, denotando uma falta de reconhecimento por parte dessa estrutura aos relevantes serviços que esses funcionários têm prestado à agropecuária e também à pesca catarinense.

Por isso, é importante que o secretário da Fazenda, que o Conselho de Política Financeira do Estado, atenda os sindicatos da categoria, que representam a Cidasc, a Epagri e outras empresas do gênero, reconheça o seu esforço e assine o acordo coletivo. Os funcionários estão desde o mês de maio aguardando e agora, mesmo não tendo

grandes avanços em termos de negociação, mesmo assim, não estão tendo suas reivindicações atendidas. E uma delas é o compromisso do governo de elaborar, no próximo ano, um Plano de Cargos e Salários para os funcionários do setor agrícola catarinense, uma vez que os funcionários da Fazenda já possuem, assim como os da Segurança Pública e de outras áreas, mas a produção de alimentos ainda não, e se quisermos continuar produzindo, aquecendo a cadeia de emprego, já que o agronegócio catarinense é o grande responsável pelo *superávit* da balança comercial de Santa Catarina, precisamos voltar a valorizar os engenheiros agrônomos, os técnicos agrícolas, os médicos veterinários, os extensionistas e os pesquisadores, bem como o setor de defesa de sanidade animal da Cidasc, que é responsável pelo Certificado Livre de Febre Aftosa de Santa Catarina, que permite ao nosso estado exportar carne de frango, de porco e de boi para qualquer parte do mundo. Só está faltando agora que o grande patrão, que é o governo do estado, reconheça e valorize a carreira e os profissionais da área agrícola.

Por isso, como engenheiro agrônomo e funcionário de carreira da Epagri, quero registrar esse pedido ao governo do estado e também que o Conselho de Política Financeira receba, de uma vez por todas, os sindicatos, que negocie e assine o acordo coletivo de trabalho para dar mais garantia, mais liberdade, mais tranquilidade para que os funcionários do setor agrícola possam tocar suas funções, que são de extrema necessidade para os agricultores familiares de Santa Catarina. Nós temos muito que nos orgulhar pelo trabalho desenvolvido por esses funcionários.

E quero destacar a importância dos trabalhos de pesquisa científica, de extensão, da Epagri; e de sanidade animal, da Cidasc, deputado Kennedy Nunes, que levam conhecimento e tecnologia porteira dentro da Agricultura Familiar de Santa Catarina e, por isso, precisam, de uma vez por todas, ter o reconhecimento do governo do estado, da secretária da Agricultura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectador da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e sociedade que prestigia este Parlamento na tarde de hoje, vou fazer algumas considerações que entendo importantes para o sul do estado.

Depois de três anos de muita luta, de muito trabalho, de muitas viagens à Itália, veio a quarta metalúrgica do mundo para Santa Catarina, a Cimolai. Ocorreu um probleminha com o representante no Brasil, mas ela acabou voltando, custando-nos o dobro do trabalho para convencê-la a vir para Santa Catarina.

Na sexta-feira da semana passada, vivemos um momento extraordinário, um momento marcante quando a Cimolai assinou a escritura, em Içara, para começar a construir a sua fábrica no Brasil. Essa empresa fabrica o navio cruzeiro, fabrica tubulação para petróleo no mundo inteiro, é campeã em porto no mundo inteiro e virá para Santa Catarina, com certeza, para contribuir com o desenvolvimento do nosso estado e do nosso país.

Essa empresa tem uma fábrica na Venezuela, mas em razão de um problema naquele país a Cimolai está fechando a fábrica para atender o Mercosul por Santa Catarina. V.Exas. fazem ideia do que isso significa para nós, em Santa Catarina?

Então, depois de "n" viagens à Itália, depois de detalhes e mais detalhes, conseguimos fazer com que uma empresa de alta tecnologia fosse instalada no sul do nosso estado. E por que ela será lá instalada? Porque a representação de 20% deste Parlamento, a nossa luta intensa para ter o porto de Imbituba e o aeroporto de Jaguaruna atraiu para que fosse instalado esse investimento no sul do estado. Por isso estamos, evidentemente, muito

felizes por saber que uma grande empresa vai ser instalada no sul de Santa Catarina.

Mas o sul do estado está vivendo um dos grandes momentos da sua história, pois também um grupo americano visitado pelo senador Luiz Henrique da Silveira e por mais um grupo de representantes, recebido depois também, nos Estados Unidos, pelo governador e mais alguns deputados desta Casa, definiu um investimento de US\$ 3 bilhões no sul do estado para fazer fertilizante do carvão. Não haverá poluição alguma! Até a poeira vai ser utilizada nessa outra empresa de alta tecnologia.

Com isso, é ganho real para o sul de Santa Catarina, pois ao construirmos a BR-101 até Palhoça tivemos um prejuízo de R\$ 36 milhões de investimentos perdidos em nossa região. Por quê? Porque chegou a Palhoça e o sul ficou abandonado. Mas depois de uma luta sem limite conseguimos fazer com que saísse a BR-101, que ainda não está concluída, deixando um prejuízo de R\$ 36 milhões, segundo levantamento feito pela Fiesc. E agora estamos tentando nos recuperar com muita rapidez, porque a nossa região tem um potencial muito forte, viveu muito abandonada, mas é um gigante que estava adormecido e que conseguimos acordar. Mas está na hora desse gigante dar um pulo de qualidade na nossa região.

Por isso, queremos registrar os momentos importantes, caro deputado Edison Andrino. Depois de toda aquela luta, depois de trancar a obra da Serra do Faxinal por quatro anos, em razão da questão da perereca, hoje temos de volta a obra que vai ligar Araranguá, Praia Grande, a Cidade dos Canyons, Itaimbezinho, e que vai ligar Canela, Gramado e Caxias do Sul, sendo que esse trajeto poderá ser feito em uma hora e meia. Serão quase 200km a menos. Então, será um ganho real para o sul do estado de Santa Catarina e para o norte do estado do Rio Grande do Sul.

Depois de uma luta sem limite conseguimos reverter o processo da questão da perereca. Mas quem é que vai pagar a conta? O obra irá custar R\$ 27 milhões a mais. Quem é que vai pagar essa

conta? A procuradora federal da República é que deveria pagar a conta, porque foi ela que entrou com uma ação! Mas quem vai pagar a conta será o povo. A obra iria custar R\$ 27 milhões e agora vai custar R\$ 54 milhões, aproximadamente. Então, quem irá pagar a conta será o povo!

No ano passado, a ministra Ideli Salvatti entregou a ordem de serviço da BR-285, que ligará Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé do Sul, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. E vai cair tudo em Araranguá, pelo norte do Rio Grande do Sul. Faltam apenas 22km. Foram 30 anos de luta deste parlamentar e agora vamos começar a colher os frutos em nome de toda a sociedade que representamos.

Esperamos que essa obra seja realizada em dois anos para que possamos ter todas essas ligações e transformar o sul de Santa Catarina no maior polo turístico do nosso estado. O turista irá percorrer o trecho entre o mar e a serra em uma hora. Ele poderá ficar na praia até as 14h e depois subir a serra para conhecer Canela, Gramado, Caxias do Sul, a BR-285, São José dos Ausentes, Bom Jesus e apreciar aquelas belezas naturais que só o Brasil proporciona ao povo do mundo inteiro. Nós, que visitamos muitos países, não conhecemos um lugar com tanta beleza como o Brasil.

Então, estamos vivendo um grande momento. O sul do estado ainda precisa de muitos investimentos, ainda precisa alavancar a segurança do homem do campo, porque para mim quem faz a riqueza deste país é o produtor. Nós temos ainda muitos setores para serem trabalhados e não podemos nos empolgar por ter trazido grandes empresas e esquecer daquelas que deram sustentação até agora e geraram emprego e renda. Elas não podem, nem devem, ficar esquecidas. Temos que ter uma visão global do que é importante no setor.

Então, acreditamos que agora, com mais um parlamentar do sul, deputado Carlos Stüpp, temos mais uma bandeira para ajudar a desenvolver a nossa região.

Hoje, se a nossa região está recebendo investimentos é fruto do grande trabalho do aeroporto de Jaguaruna e do Porto de Imbituba, que é o porto mais seguro hoje para o nosso estado, porque o calado é no mar, o que permite atracar navios de 380m.

Então, esses investimentos são muito importantes, tanto o porto quanto o aeroporto, e, tendo a BR-101 para escoar a produção, empresas e mais empresas vão instalar-se aqui para gerar emprego e renda, dando mais qualidade de vida aos catarinenses, porque esse é o grande compromisso que temos com o sul do nosso estado e com Santa Catarina.

Quero deixar registrado este momento de luta e de um trabalho que dura 32 anos, construído em cima de trabalho, dedicação, responsabilidade e lealdade ao povo e à região do sul do meu estado. Eu tenho compromisso e trabalho com todos os projetos de Santa Catarina, mas o coração está lá naquela região que garante a continuidade do meu trabalho. Estou no sexto mandato!

Então, quero, meu caro presidente, agradecer, deixar o meu abraço a todos os srs. Parlamentares e dizer que chegou a vez do sul de Santa Catarina. Queremos o apoio de todo o Parlamento para que possamos melhorar a qualidade de vida daquele povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Esta Presidência comunica, com pesar, o falecimento do excelentíssimo senhor pastor Itamar Oliveira e Souza, que foi presidente da Assembleia de Deus no município de Praia Grande, lá no sul. Ele faleceu vítima de um AVC - Acidente Vascular Cerebral. Ele estava internado há alguns dias na cidade de Criciúma e acabou indo a óbito. Deixa a esposa, Maria Fernandes de Souza, uma filha, um genro e uma neta. Ele acaba de ser sepultado na cidade de Praia Grande.

Esta Presidência também comunica, com pesar, o do falecimento do senhor Apolinário Francisco, da cidade de Sangão, aos 92 anos. Ele foi um dos fundadores da antiga Rua do Fogo, no município do Sangão e era meu tio-avô, irmão do meu avô materno, que neste momento está sendo sepultado no município de Sangão, lá no sul do estado também. Portanto, a essas duas famílias, a do pastor Itamar Oliveira e Souza e a do senhor Apolinário Francisco, os nossos mais sinceros votos de sentimentos e condolências. Pedimos que à assessoria da Casa envie mensagem de condolências às famílias enlutadas, em nome da Assembleia Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e pessoas que estão aqui no plenário acompanhando esta sessão. Gostaria de deixar novamente registrado aqui a minha felicidade em voltar a ocupar uma cadeira nesta Assembleia Legislativa para dar continuidade aos trabalhos já iniciados e prosseguimentos a alguns projetos que julgo importante à sociedade catarinense. Um deles, volto a reafirmar a importância, trata do ocorrido logo após o jogo entre Joinville e Avaí, quando, infelizmente, mais uma vez, alguns marginais, não sei se deve usar esse termo, mas alguns torcedores, mal-intencionados, acabaram fazendo uma tocaia para a torcida do Avaí, e continuaram toda aquela briga que, parece, não tem fim.

E continuaram toda essa briga que parece não ter fim. Briga lá; vem para Floripa, briga aqui; vai para Joinville, briga lá; vai para Criciúma, briga também. Então, é uma briga que não tem fim, enquanto alguns marginais, alguns torcedores mal-intencionados estiverem dentro dessas torcidas

organizadas, como dizem popularmente, tocando o terror dentro dessas torcidas.

É por isso que há um projeto de lei tramitando aqui na Assembleia, de minha autoria, pedindo que as torcidas organizadas tenham os seus cadastros em dia e os enviem para a Polícia Civil a fim de facilitar a verificação dos membros das torcidas. Aqueles que têm passagem criminal, que têm passagem pela polícia, que sejam extirpados das torcidas organizadas aqui em Santa Catarina para não fazer o que vêm fazendo, ou seja, praticando violência, amedrontando as famílias que querem participar do espetáculo, que querem apenas ir lá assistir e torcer, pacificamente.

Então, torcida organizada não é lugar para marginal, não é lugar para bandido, e por isso, fizemos esse projeto para que sejam extirpados das torcidas organizadas esses delinquentes que se dizem torcedores e se aproveitam desses momentos para praticarem violência.

Quero também fazer coro à Aprodança - Associação de Profissionais da Dança de Santa Catarina -, que vem pedindo algo que já foi firmado com a secretaria de estado da Educação e com a Udesc, que é um curso de graduação em dança. Infelizmente, isso vem se arrastando e essa implantação está demorando.

Então, quero fazer coro a todo esse movimento que pede esse curso de graduação em dança em Joinville para que, o quanto antes, o governo do estado, a secretaria da Educação, que firmou o referido curso com a Udesc e com os profissionais de dança em Santa Catarina, inicie a sua implementação.

Então, fica aqui o nosso apelo e a nossa voz também, engrossando esse coro para que esse curso seja criado o quanto antes na Udesc. Também quero parabenizar os professores e alunos da Associação de Hapkido, de Joinville, que foram a Piratuba e foram os grandes vencedores do torneio, que teve vários primeiros e segundos lugares.

Então, deixo os parabéns a essa equipe que muito bem nos representa e que faz um trabalho social belíssimo lá no bairro Paranaguamirim, que

realmente inclui muitas crianças e muitas famílias.

Então, os meus parabéns e seria isso por hoje, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Daniel Tozzo, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Muito obrigado, sr. presidente.

Ficou combinado com o deputado Maurício Eskudlark que dividiríamos o tempo, sr. presidente.

Vou iniciar cumprimentando todos os srs. deputados, àqueles que se encontram aqui na Casa, nesta tarde, os que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital e os que nos assistem pela TVAL.

Nesse período de recesso desta Casa tive a oportunidade de visitar muitos municípios, muitas lideranças, de percorrer o oeste de Santa Catarina verificando as obras que estão acontecendo, que são extremamente importantes, e também conferir os estragos causados pelos alagamentos no oeste catarinense há 40 dias, vendo de perto todo o transtorno causado, como muito bem colocou o deputado Neodi Saretta, em seu pronunciamento. E eu quero enfatizar a importância desses transtornos, porque inviabilizam, não apenas os postos de combustíveis, como citado anteriormente, mas também transportadores que recebem o mesmo valor de frete para fazer um percurso maior.

Todos esses transtornos têm prejudicado muito essas empresas, o nosso oeste e toda a população.

Mas quero falar também sobre algumas reuniões das quais participei, em entidades importantes e secretarias, a exemplo da secretaria Regional de Chapecó, com o secretário Américo do Nascimento, que muito bem nos atendeu, juntamente com alguns empresários, Sicom e CDL; também com o prefeito de Cordilheira Alta; e na Acic, de Criciúma. Por que

citei essas três reuniões que fiz? Porque os assuntos debatidos lá foram os mesmos. Na reunião levei uma folha branca pedindo que as entidades, a prefeitura, que as secretarias anotassem o trabalho que devemos fazer em Florianópolis para buscar recursos.

Realmente, são muitas reivindicações e acho que o oeste se desenvolve de maneira acelerada, mas fico feliz, por outro lado, porque há dois anos quando fui fazer essa mesma reunião, deputado Kennedy Nunes, as reivindicações eram muito maiores. Guardo essa pauta de reivindicação e vejo que muito disso já está acontecendo e já aconteceu. Então, vemos que as obras estão ocorrendo e isso certamente vai trazer desenvolvimento.

Em relação à Acic, ao Sicom e ao CDL vou retornar lá para levar todas as respostas, se possível, na semana que vem, para que possamos dar continuidade ao trabalho iniciado. Em relação à questão da infraestrutura muito já debatemos: a construção do contorno viário leste, a duplicação da BR-282, a revitalização, a implantação da terceira pista na SC-283, principalmente no trecho de Chapecó a Palmitos, onde a situação está mais complicada.

Caberia nesta lista a SC-157, o acesso a Chapecó, elevado da BRF, contorno viário oeste, o elevado do trevo da BR-282 e a SC-157, que liga Chapecó a São Lourenço. Tudo isso está acontecendo, deputado Maurício Eskudlark, de forma acelerada e já saiu da pauta de reivindicações de entidades totalmente importantes.

A isso temos que ser gratos e pedir continuidade, mas que permaneça na pauta a construção do contorno viário leste. Creio que os municípios de Chapecó e Cordilheira Alta muito serão beneficiados, pois era um trecho onde tínhamos sérios problemas. O município de Cordilheira Alta, que possui uma das maiores rendas *per capita* do estado de Santa Catarina, chegou ao ponto de não ter mais local para instalação de empresas para crescimento, pois não

havia rodovia. Nas outras regiões, o trecho de declividade é bastante acentuado.

Nós conseguimos uma área entre Cordilheira Alta e Chapecó privilegiada para a implantação de empresas, e essa obra está com um projeto muito bonito, moderno, bem realizado e que vai trazer, certamente, um grande salto, desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda para a nossa região.

A outra grande obra é o projeto da Casan, que já está em fase de licitação e logo teremos o início dessas obras. Certamente Chapecó iria parar no tempo sem essa obra, assim como Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta, pois sem água as empresas, as grandes empresas principalmente, por ser uma região muito produtiva, não teriam condições de desenvolver um grande trabalho, uma grande obra e grandes investimentos.

Então, pedimos realmente que esse projeto seja acelerado ao máximo e que os pedidos de perfuração de poços artesianos comecem a parar, porque o Aquífero Guarani tem que ser preservado. Creio que essa obra vai trazer grande benefício a toda população e satisfação de não termos mais que ficar brigando com a Fatma para perfurar poços artesianos, garantindo água para esses quatro municípios, para os próximos cinquenta anos.

Tenho outros assuntos, com relação, principalmente, à Associação Comercial e Industrial de Chapecó, sobre os eventos que serão promovidos nos próximos meses e também sobre a segurança pública. Mas ainda nesta semana quero voltar à tribuna para comentar sobre eles. Deixo o pedido para que o governo continue todas essas obras em ritmo acelerado para que consigamos concluí-las.

Deixo o restante do tempo do partido para o deputado Maurício Eskudlark se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem, ainda, ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, pelo tempo restante do partido.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, apenas queria registrar que todos recebemos os convites para a formatura das policiais militares que, agora, sexta-feira, concluem o curso de formação.

Foi uma luta desta Casa essa formação, pois essas policiais tinham alcançado média, mas sobraram vagas masculinas e elas não puderam assumir. Depois de muita luta o governador Raimundo Colombo determinou e o comando-geral cumpriu. Houve a aula inaugural no auditório do Tribunal de Contas e agora recebemos o convite para a formatura dessas policiais. Isso traz alegria e melhora a segurança no estado. Essa é uma grande ação de governo e também uma grande ação na vida dessas novas policiais, dando a sua contribuição para o estado de Santa Catarina.

Esse é um bom momento para elogiarmos o comandante-geral da Polícia Militar, porque nós já vimos as mudanças no policiamento de Santa Catarina com a presença de policiais nas ruas, até a noite. Essa é uma mudança de postura, temos um comandante que está realmente colocando a polícia nas ruas, próxima do cidadão. Em alguns municípios há algumas reclamações sobre o fato de os policiais irem às ruas com a ação de agente de trânsito. Acho que os municípios têm que assumir essa função, pois o policial militar tem uma missão imprescindível, que é a segurança pública.

Então, o comando policial tem que se voltar aos seus agentes, a sua ação para a aproximação da comunidade, para um bom entendimento com o cidadão de bem, ganhando seu respeito, amizade e parceria. O policial precisa ter a reciprocidade do cidadão, a harmonia, o respeito pelo seu trabalho e não ser temido por ter a caneta nas questões de trânsito.

Vejo que o comando-geral tem dado um incentivo no sentido de que o policial seja um agente de segurança pública e não um agente de trânsito. Essa ação pode ser delegada aos municípios.

Para finalizar, quero parabenizar a Polícia Militar e o governo do estado pelo trabalho que está sendo feito, pelo aumento do efetivo que ocorreu e que foi visível, está aparecendo o

resultado nas ruas. E quero parabenizar as novas policiais militares de Santa Catarina que na próxima sexta-feira estarão se formando. Parabéns a todos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0184/2014.

Comunica, ainda, que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0090/2014.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0121/2014.

Passo a Presidência desta sessão ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0601/2013, em primeiro turno, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que denomina Miguel José Boabaid o acesso estadual compreendido entre o entroncamento da SC-100 ao farol de Santa Marta, no município de Laguna.

Conta com o parecer das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei n. 0090/2014, de autoria do Poder Executivo, que autoriza permuta de imóvel para construção de unidades administrativas do Ministério Público.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei n. 0247/2013, de autoria do Poder Executivo, que revoga as Leis n.s 14.965, de 2009, que autoriza concessão de uso de imóveis no município de Florianópolis.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 376, de autoria do deputado Valmir Comin; 377, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 378, 379, 380, 384, de autoria do deputado Neodi Saretta; 381, de autoria do deputado Jailson Lima; 382, 383, de autoria da deputada Angela Albino, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 653, 654, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 681, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 682, 683, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 684, de autoria do deputado Ciro Roza; 685, de autoria do deputado

Silvio Dreveck; 686, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 687, de autoria do deputado Marcos Vieira; 688, de autoria do deputado Neodi Saretta; 691, de autoria Dirceu Dresch; 692, 693, 694, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 695, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 696, 0697, 0698, 0699, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 700 e 701, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário os seguintes Requerimentos:

Requerimento n. 689, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das Operadoras de Telefonia Móvel Tim, Oi, Claro e Vivo, pedindo a instalação de torres de telefonia móvel e sua expansão nas comunidades do interior do município de Capinzal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 690, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem aos gerentes das Operadoras de Telefonia Móvel Tim, Oi, Claro e Vivo, pedindo a instalação de torres de telefonia móvel e sua expansão nas comunidades do interior do município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 702, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento dos trabalhos da CPI das Águas, pelo prazo de 120 dias, observado o limite máximo final da presente legislatura, com fundamento no

entendimento já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 76, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada à Presidência e à Superintendência Regional do Incra, solicitando medidas imediatas para o assentamento das 60 famílias que se encontram no município de Águas Mornas, em outra área apropriada para este fim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 54, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações referentes às eleições do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência saúda o deputado Nilson Berlanda, que retorna para esta Casa Legislativa.

Está encerra a Ordem do Dia.

Senhoras deputadas, Dirceu Heiderscheidt, Ana Paula Lima, Angela Albino, senhores deputados, no dia de ontem celebramos 165 da morte da heroína

dos dois mundos, a nossa grande lagunense, Anita Garibaldi. E, coincidentemente, no dia da celebração de mais um aniversário de morte de Anita Garibaldi, Santa Catarina perdeu outra ilustre catarinense, d. Kyrana Lacerda. Uma mulher extraordinária, deputada Angela Albino, v.exa. que conviveu com ela, como tantos aqui, sabe disso.

Ela destacou-se como uma atuante primeira-dama de Santa Catarina no curto período em que o visionário Jorge Lacerda governou este estado, entre os anos de 57 e 58.

Dona Kyrana teve um papel extraordinário como primeira-dama e mesmo depois da prematura morte do governador Jorge Lacerda, que foi sucedido pelo último tubaronense eleito vice-governador do estado, Heriberto Hülse, que assumiu o governo após o acidente aéreo que vitimou o governador Jorge Lacerda, o deputado Leoberto Leal e o senador Nereu Ramos; continuou mesmo não tendo mais o marido na atividade política, dedicando-se às causas sociais da cidade, dispensando sempre uma atenção muito especial às pessoas mais necessitadas, às mulheres, às crianças carentes. Foi uma perda lamentável em que pese já a idade avançada que tinha d. Kyrana e o sofrimento que a doença vinha lhe impondo nos últimos tempos.

Esta Casa, tenho certeza, falo não apenas em nome das deputadas, mas em nome de todos os deputados e servidores, manifesta profundo sentimento de dor e de solidariedade plena à família pela sua passagem.

E coincidentemente, deputada Angela Albino, d. Kyrana faleceu exatamente no ano em que esta Casa vai celebrar, de forma solene, no final do mês de outubro, o centenário de nascimento do governador Jorge Lacerda. Passadas as eleições teremos uma grande solenidade, uma série de comemorações celebrativas ao centenário de nascimento do grande catarinense adotado, já que ele nasceu na cidade de Paranaguá, no estado do Paraná, e aqui, durante o pouco tempo em que governou este estado, empreendeu muito em favor dos catarinenses.

Por isso, manifesto a nossa solidariedade a toda família Lacerda em nome dos 40 integrantes

desta Casa pelo passamento e sepultamento, no dia de ontem, da já saudosa ex-primeira-dama e grande personalidade desta cidade de Santa Catarina, d. Kyrana Atherino Lacerda.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Antes, peço desculpas ao deputado Edison Andrino, não havia percebido sua presença em plenário, mas as comemorações que vão destacar a vida, a obra de Jorge Lacerda e que vão fazer esta Casa marcar o seu centenário de nascimento são lideradas pelo referido deputado que preside a comissão que esta Presidência constituiu. Aliás, iniciativa também do mesmo deputado e que está se empenhando muito. Vamos celebrar com a participação de v.exas. em grande estilo porque essa história merece ser marcada.

Por isso, cumprimento v.exa, deputado Edison Andrino, porque sei da sua admiração por d. Kyrana Lacerda e deve ter sentido bastante o seu passamento. O deputado Edison Andrino lembra que a velha guarda da UDN continua muito sentida, deputada Angela Albino.

Inscrito para falar o deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na ausência do deputado Antônio Aguiar, o próximo orador é o deputado Manoel Mota.

(Pausa)

A Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Na ausência do deputado Manoel Mota, com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, apenas para dizer que tenho viajado muito e não tive notícias do passamento da d. Kyrana, portanto, queria também deixar o meu registro de pesar. Eu convivi com ela e com sua família no ano de 2008, quando fui candidata à prefeita em Florianópolis, o seu neto, Tico Lacerda, foi meu vice, e com isso conheci melhor a história da família. Aliás, a família tem um vídeo belíssimo sobre a história de Jorge Lacerda, o qual esta Casa teve a oportunidade de apresentar ao povo catarinense. Por isso, quero deixar a

minha solidariedade em nome dos netos, em particular, ao neto Jorge Lacerda, que presta um grande serviço ao esporte brasileiro, que é projeção nacional, e também ao meu amigo, Tico Lacerda. Meus sentimentos a toda família.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em Comemoração aos 180 anos de Instalação do Parlamento Catarinense.

Eu faço especial convite a v.exas. sei que muitos parlamentares já nos informaram de compromissos que terão na noite de hoje, mas faço um apelo para aqueles que puderem dispensar, pelo menos parte do seu tempo, pois teremos, hoje, à noite, homenagens a todos os parlamentares que tiveram quatro legislaturas ou mais, critério que foi estabelecido. E a sessão desta noite será de reencontros também de muitos parlamentares que contribuíram para a formação, para a consolidação deste bom exemplo para o Brasil que é o Parlamento de Santa Catarina. Por isso, espero que v.exas. possam comparecer à sessão da noite de hoje.

Está encerrada a presente sessão.